

Aos Senhores Secretário do Tesouro Nacional, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento e Ministro da Economia,

Nós, Técnicos e Auditores Federais de Finanças e Controle (TFFC e AFFC), nos identificamos com a missão desta Secretaria de *“gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público”* e com todos os seus valores: responsabilidade fiscal, ética, transparência, excelência, meritocracia, integração, responsabilidade socioambiental, compromisso com a sociedade e orgulho de ser Tesouro Nacional.

Assim, com a colaboração imprescindível do quadro de servidores dessa casa, conseguimos superar importantes adversidades nos últimos anos, que foram notadamente desafiadores em decorrência da crise sanitária causada pelo COVID-19:

- Resultado primário do Setor Público passou de um déficit de R\$ 702,9 bilhões (-9,4% do PIB) em 2020 para um superávit de R\$ 64,7 bilhões em 2021 (+0,75% do PIB);
- Dívida Bruta do Governo Geral foi de 88,6% do PIB em 2020 para 80,3% do PIB em 2021, em um cenário em que vários economistas projetavam números acima de 100%;
- Recursos financeiros necessários à implementação dos diversos programas governamentais foram disponibilizados tempestivamente a partir da gestão eficiente dos recursos da Conta Única do Tesouro Nacional;
- Gestão do Relacionamento Federativo foi feita de maneira eficaz, permitindo que os demais entes federativos terminassem 2021 em uma situação fiscal substancialmente mais positiva que nos anos anteriores.

A superação desses desafios e os resultados alcançados é fruto não apenas das orientações e decisões de nossas lideranças, mas, fundamentalmente, da capacidade institucional ainda existente, e dos silenciosos esforços empreendidos pelo corpo funcional desta Secretaria para o alcance dos objetivos institucionais.

Nesse período, conforme é de vosso conhecimento, não houve campanha nem mobilização dos servidores por recomposição do poder de compra de seus subsídios, a despeito da inflação acumulada desde o último reajuste salarial em 2019 já ter chegado a 20% (IPCA de janeiro/2019 a dezembro/2021). Este cenário se modificou nas últimas semanas, quando foram reveladas tratativas de reajuste salarial seletivo envolvendo carreiras específicas do Poder Executivo, dentre as quais não estão incluídas as carreiras de TFFC e AFFC.

Atualmente, a remuneração dos servidores do Tesouro, dependendo do nível de progressão na carreira, se encontra entre 82% e 90% da remuneração das carreiras de referência no Executivo Federal (Receita Federal e Polícia Federal). Historicamente, essa relação remuneratória se mantinha em aproximadamente 95%. Portanto, os servidores do Tesouro já se encontram em uma situação remuneratória defasada. Nesse sentido, cabe lembrar que, nas últimas negociações salariais em 2016, as carreiras do Tesouro Nacional foram preteridas em relação a outras carreiras, que receberam reajustes maiores ou passaram a receber bônus de desempenho/honorários de sucumbência. Para agravar a situação, com o reajuste que vem sendo discutido para algumas carreiras específicas, os servidores do Tesouro Nacional podem passar a receber menos de 70% da remuneração dessas outras carreiras. O desalinhamento em pauta configura-se, portanto, como um desserviço à boa gestão dos recursos humanos no serviço público, ao impor um descompasso injustificado à luz da qualificação, produtividade e responsabilidade das atividades desempenhadas pelos servidores do Tesouro Nacional.

Nesse contexto, é nossa responsabilidade relatar a insatisfação generalizada que esse injustificado desalinhamento salarial causa nos servidores desta Secretaria. Esse processo se

configura como mais um evento de enfraquecimento da capacidade funcional deste órgão, e que se soma a outros eventos observados nos últimos anos, de, por um lado, aumento das responsabilidades e riscos assumidos pelos servidores e, por outro, perda de conhecimento e redução da capacidade institucional, com a saída de quadros altamente qualificados para outras instituições.

O atual clima de frustração tem potencial, inclusive, para desencadear uma entrega generalizada de cargos de confiança, com implicações imediatas à capacidade institucional deste órgão. Além disso, impacta negativamente o clima organizacional, com reflexos negativos sobre a produtividade da Instituição. Esse cenário de potencial esvaziamento dos quadros de liderança da Secretaria do Tesouro Nacional conduz à degradação estrutural de um dos centros de excelência no setor público, com impactos imensuráveis à sociedade no curto e no longo prazo, além de prejuízos à condução da política fiscal.

Nesse sentido, pelo compromisso que mantemos com nossas atribuições e com a missão da STN, solicitamos a adoção de medidas urgentes – tendo em vista a impossibilidade de se conceder reajuste salarial a servidores públicos após abril – que evitem a manutenção e o possível aumento do desalinhamento e da assimetria remuneratória com outras carreiras de Estado por meio do encaminhamento de uma Medida Provisória ao Congresso Nacional, que estabeleça a remuneração desta carreira equiparada à tabela proposta a outras carreiras de Estado, uma vez que o nível de qualificação e responsabilidade dos servidores desta Secretaria não se encontra aquém do daquelas.

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

Assinada por: